

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.390 - RS (2019/0221848-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN**  
**ADVOGADOS** : **MATIAS FLACH E OUTRO(S) - RS045066**  
**FABRICIO ZIR BOTHOME - RS044277**  
**AGRAVANTE** : **JULIO CESAR DOS SANTOS LEANDRO**  
**ADVOGADOS** : **FERNANDO DA SILVA CALVETE - RS043031**  
**LUCIANA BEZERRA DE ALMEIDA BITTENCOURT - RS049955**  
**RAFAEL MARIATH BASSUINO - RS076305**  
**DANIELI CRISTINA BONI - RS100426**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE MÚTUO. PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DE FUNDAÇÃO CORSAN DOS FUNCIONÁRIOS DA COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Décima Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pela ora agravante, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 117):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. REVISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE MÚTUO. PRESCRIÇÃO.

Em se tratando de revisão de cláusulas de contrato de mútuo, a relação existente entre as partes é de cunho obrigacional (pessoal), pautada pelos dispositivos legais constantes no artigo 177 do Código Civil de 1916 e no artigo 205 do Código Civil de 2002. No caso concreto, aplicando-se o prazo decenal previsto no artigo 205 do Código Civil atual e considerando a data do vencimento dos instrumentos como marco inicial da contagem prescricional, impõe-se reconhecer, nos termos do artigo 487, II, do CPC/2015, a ocorrência da prescrição relativamente a 05 (cinco) dos contratos discutidos.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Agravo de instrumento parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, eles foram rejeitados.

Nas razões do apelo especial, a recorrente indicou violação ao art. 206, § 3º, IV, do CC, sustentando, em síntese, que o prazo prescricional aplicável à espécie seria trienal, e não decenal.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação do óbice apontado na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Em relação à questão jurídica objeto da controvérsia, é importante assinalar que a jurisprudência desta Corte Superior se firmou no sentido de ser aplicável às ações revisionais de contrato bancário o prazo prescricional vintenário na vigência do CC/1916, ou o decenal, quando vigente o CC/2002.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. MÚTUO. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PROPOSITURA DA DEMANDA SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. ILEGITIMIDADE ATIVA DO FIADOR. ACESSORIEDADE DO CONTRATO DE FIANÇA. RELAÇÃO DE DIREITO MATERIAL DE NATUREZA DISTINTA DA QUE SE ESTABELECE NO CONTRATO PRINCIPAL.

(...)

5. A pretensão revisional de contrato bancário, diante da ausência de previsão legal específica de prazo distinto, prescreve em 10 (dez) anos (sob a égide do Código Civil vigente) ou 20 (vinte) anos (na vigência do revogado Código Civil de 1916), pois fundada em direito pessoal, sendo completamente descabido falar, em casos tais, na aplicação do prazo quinquenal a que se referia o art. 178, § 10, do Código Civil revogado.

6. Recurso especial parcialmente provido para, afastando a prescrição indevidamente reconhecida na origem, determinar o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para que dê regular processamento ao pleito revisional/repetitório apenas no tocante ao contrato de fls. 210/218 (e-STJ).

(REsp 926.792/SC, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 17/04/2015)

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. PRAZO PRESCRICIONAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL

1. O prazo prescricional nas ações revisionais de contrato bancário em que se discute a legalidade das cláusulas pactuadas, a orientação jurisprudencial desta Corte Superior é clara, ao entender que "As ações revisionais de contrato bancário são fundadas em direito pessoal, motivo pelo qual o prazo prescricional, sob a égide do Código Civil de 1.916 era vintenário, e passou a ser decenal, a partir do Código Civil de 2.002" (REsp 1.326.445/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe de 17/02/2014).

(...)

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, na extensão, dar provimento ao recurso especial, no sentido de determinar o retorno dos autos à eg. Corte de origem a fim de que, afastada a prescrição, profira nova decisão, dando ao caso a solução que entender cabível.

(AgInt no REsp 1653189/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 20/09/2018)

Assim, por estar o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide o enunciado n. 83 da Súmula desta Corte Superior, aplicável aos recursos interpostos com fulcro nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial de Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator